



Assembleia Municipal de Óbidos	1
Ata n.º 4	Reunião de 25/06/20015

**ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÓBIDOS,
REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2015**

----- Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e quinze, pelas dezoito horas e quarenta e cinco minutos, no Auditório Municipal da Casa da Música, sito na Rua Direita - Óbidos, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Concelho de Óbidos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM -Intervenção do público;-----

PONTO DOIS - Período antes da Ordem do Dia;-----

PONTO TRÊS - Apreciação e eventual aprovação da proposta de alteração dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Oeste;-----

PONTO QUATRO – Apreciação e eventual autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais de forma a dar cumprimento ao estipulado no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, referente a proposta de retificação da repartição de encargos relativo ao procedimento para a aquisição de serviços no âmbito do projeto da autoria de Romarina Passos, denominado “PENSAR COLORIDO”;-----

PONTO CINCO – Apreciação e eventual aprovação da proposta de delegação no Presidente de Câmara Municipal da competência genérica para autorização prévia de compromissos plurianuais;-----

PONTO SEIS – Apreciação e eventual autorização da proposta de renovação da autorização para prosseguir com recrutamento para ocupação de posto de trabalho, nos termos do artigo 64.º do OE 2015;-----

PONTO SETE - Apreciação e eventual aprovação da proposta de alteração do Regulamento para atribuição de comparticipação de medicamentos;-----

PONTO OITO - Plano Diretor Municipal do Concelho de Óbidos, correção ao regulamento, para conhecimento;-----

PONTO NOVE – Apreciação e eventual aprovação dos documentos de Prestação de Contas Consolidadas do ano de 2014, conforme previsto no n.º 2 do art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro;-----

PONTO DEZ - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Óbidos acerca da atividade do município, de acordo com a alínea c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

---Verificando-se a ausência do presidente da assembleia municipal, presidiu a assembleia o Professor Fernando Jorge que fez a chamada, na qualidade de presidente da mesa em exercício. -----

--- Presenças – Márcia Nóbrega, José Rodrigues Machado, Fernando Jorge Sousa e Silva, Anabela Blanc Capinha Corado, Bruno Silva, Maria Cristina Fernandes Rodrigues, José Luís Rocha de Oliveira, Albino Agostinho de Sousa, Luís Salles, Francisco Lage Raposo Brás Teixeira, Anabela Braga Adónis, Ricardo Miguel Pereira Duque, Jorge Joaquim Madeira Veloso, Luís Miguel Gonçalves de Oliveira, Laura Ferreira, Sofia Catarina Carvalho, Joana dos Santos Silva Machado, João Carlos Marques Costa, Custódio de Sousa Santos, Heitor Carvalho da Conceição, José Manuel Ferreira Simões, Luís José do Coito Ribeiro, Hélder José Mineiro Mesquita, João Paulo Herculano Rodrigues, Evaristo Ferreira Ribeiro e Joaquim dos Santos Martins.-----

--- Substituições – Verificou-se a ausência do presidente da assembleia municipal Telmo Faria, e da segunda secretária Ana Margarida Marques Reis, que foram substituídos pela senhora deputada Márcia Nobrega e Bruno Silva respetivamente.---



Assembleia Municipal de Óbidos	2
Ata n.º 4	Reunião de 25/06/20015

Os senhores deputados Dina Fernanda Viera, João Paulo Cardoso e Miguel Ângelo Silvestre foram também eles substituídos pela senhora deputada Sofia Catarina Carvalho, Laura Ferreira e Luís Salles respetivamente.-----

---Faltas – Registou-se a falta das senhoras deputadas Ana Catarina Brás de Carvalho e Sílvia Maurício Correia.-----

O presidente da mesa em exercício verificou que não existia quórum, explicando que não existindo quórum, o regimento prevê no ponto três do artigo terceiro, que, na ausência em simultâneo de todos ou da maioria dos membros da mesa, a assembleia elege por voto secreto de entre os membros presentes, o número necessário de membros para integrar a mesa que vai presidir à reunião, pelo que teria de ser eleito o primeiro e segundo secretários para integrar a mesa da assembleia municipal-----

---Tomou a palavra o senhor deputado José Machado, sugerindo que as senhoras deputadas Cristina Rodrigues e Anabela Adónis, integrassem a mesa da assembleia, a qual foi objeto de concordância pelos restantes grupos municipais tendo-se procedido de imediato à eleição por voto secreto pelos presentes, **tendo esta proposta sido aprovada por maioria com vinte e três votos a favor e duas abstenções.**-----

----- ORDEM DE TRABALHOS: -----

PONTO UM – Intervenção do público:-----

---Pedi a palavra o senhor Eduardo Luís de Figueiredo Firmino, na qualidade de residente na Avarela, concelho de Óbidos, e em representação de um grupo de habitantes, referindo que a sua intervenção se prende com um aviso relacionado com uma consulta pública, para avaliação do impacto ambiental da pedreira da Avarela, referindo ainda que esta, se encontra a poucos metros das suas residências, tendo questionado o executivo acerca da posição da autarquia perante esta situação e qual a atitude que iria tomar, salientando que deveriam ficar salvaguardados os direitos dos moradores, bem como as suas condições sociais e de habitabilidade.-----

---Pedi a palavra o senhor Ivo Silvestre, na qualidade de trabalhador na Zona Industrial de Óbidos, referindo que existem anomalias na nova zona de construção, pois a delimitação de propriedade não está feita, alertando que poderão haver problemas de segurança e, a nível de águas pluviais, entre outros, questionando o executivo sobre como será solucionada esta situação.-----

---Tomou a palavra o senhor presidente da câmara Eng.º Humberto Marques tendo cumprimentado todos os presentes, respondendo ao senhor Eduardo Firmino, que o Município de Óbidos iria pronunciar-se em sede de discussão pública, sendo a sua posição, contra a industria extractiva, quer do ponto de vista social, económico e impacto ambiental que a mesma tem causado. Salientou ainda que inclusivamente, foi anexo à sua informação um abaixo assinado da população a reclamar os prejuízos quer de dimensão material e imaterial que aquela industria estaria a provocar, bem como os prejuízos para a hotelaria e o ruído visual -----
Referiu ainda que os interessados devem dar conta da sua posição nessa matéria em sede de audiência pública.-----

Relativamente à questão levantada pelo senhor Ivo Silvestre, explicou que, foi objeto de licenciamento à luz de emissão de um alvará com uma determinada organização espacial, havendo legislação própria que regula essa matéria, tendo solicitado ao senhor vice-presidente Pedro Félix para responder também a esta questão.-----



Assembleia Municipal de Óbidos	3
Ata n.º 4	Reunião de 25/06/20015

---Tomou a palavra o senhor vice-presidente, explicando que se está perante um loteamento municipal, que ao longo dos últimos vinte anos vendeu todos os lotes que, acabaram por ser constituídos através de um alvará, faltando à presente data, um lote para ficar totalmente edificado esse loteamento.-----

Os lotes confinam com os lotes ou com espaços públicos, e relativamente à configuração do lote do senhor Ivo, também este foi alvo de um levantamento inicial, sabendo-se quais os limites de cada propriedade. Explicou ainda que entre os lotes há um desnível e uma diferença de quotas, sendo que houve proprietários que fizeram muros para delimitar essa diferença de quotas, havendo outros que não o fizeram, contudo a propriedade está delimitada. -----

Relativamente às águas pluviais, explicou que todos os lotes devem escoar para essa rede existente, rede essa que deve drenar essas águas e injetar no coletor municipal. -----

Terminou a sua intervenção afirmando que não percebeu qual a dúvida acerca do limite do lote, esclarecendo ainda que, muros confinantes estão isentos de licenciamento, tendo referido que foi inclusivamente, requerida por este, uma visita do fiscal para que este pudesse fazer um relatório da presente situação.-----

---O senhor Ivo Silvestre tomou a palavra explicando que gostava que a zona industrial estivesse bem organizada e prontificou-se para identificar no local as situações anómalas que no seu entender deverão ser solucionadas.-----

---O senhor presidente referiu que não sabia da diligência do senhor vice-presidente, contudo, explicou que não há poder discricionário do lado da câmara que obrigue determinada pessoa a delimitar à extrema, salientando que o entendimento entre as partes é fundamental.-----

---Tomou novamente a palavra o senhor Eduardo Luís de Figueiredo Firmino, para agradecer a intervenção do senhor presidente, dando conta que iria ser dada resposta a essa consulta pública, tendo-se comprometido a fazer chegar uma copia da resposta que seria enviada para as entidades competentes.-----

PONTO DOIS - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

---O senhor presidente da mesma em exercício iniciou este ponto com um voto de pesar pelo falecimento de José Gomes Capinha que foi apresentado pelos grupos municipais do PS, PSD e CDU, que se transcreve:-----

“Voto de pesar pelo falecimento de José Gomes Capinha”-----

José Gomes Capinha, ilustre obidense, deixou-nos no passado fim-de-semana, e com a sua partida fica um vazio difícil de superar e uma imensa saudade.-----

Amigo do seu amigo, José Capinha foi um homem íntegro, com uma vida pessoal, familiar e profissional intensa, com qualidades humanas que unanimemente lhe reconhecemos. A sua cordialidade e simpatia, a par da sua sólida conduta moral, marcaram todos os que com ele conviveram. Como projectista e técnico de obras era um profissional rigoroso, sempre aberto a encontrar as melhores soluções que servissem as pessoas.-----

No plano político e de participação cívica, o seu percurso autárquico e de participação nas associações do concelho foi muito rico. Foi Vereador. Fez parte da Comissão Administrativa da Câmara Municipal que presidiu aos destinos do Concelho de Óbidos, nos anos que se seguiram ao 25 de Abril. Foi Deputado Municipal e integrou os órgãos sociais de várias associações do concelho, como os Bombeiros de Óbidos e a ADSFAN.-----



Assembleia Municipal de Óbidos	4
Ata n.º 4	Reunião de 25/06/20015

Numa ocasião de aprendizagem democrática, de confrontos políticos intensos e grande turbulência, José Gomes Capinha foi sempre uma pessoa e uma voz que ajudou à moderação e à sensatez. No meio de correntes radicalizadas, manteve sempre uma posição de equilíbrio, que muito contribuiu para a solidificação da Democracia.-----

O Concelho de Óbidos muito deve à pessoa do José Gomes Capinha e, por isso, merece uma condigna homenagem, a organizar em breve.-----

Por hoje, propomos o presente voto de pesar, com o conseqüente minuto de silêncio em sua memória.-----

Os grupos municipais do PS, PSD E CDU.”-----

---O voto de pesar oi aprovado por unanimidade.-----

---O senhor deputado José Machado propôs que o mesmo fosse enviado à família.---

---Tomou a palavra o senhor deputado Heitor da Conceição que acrescentou que o senhor José Gomes Capinha, foi também um dos grandes obreiros do grupo desportivo de A-dos-Negros, sendo ele o sócio número um.-----

--- **APROVAÇÃO DE ATA:** - Foi presente para aprovação a ata número um, referente à reunião extraordinária desta Assembleia Municipal, do dia treze de fevereiro do ano de dois mil e quinze.-----

O senhor presidente da mesa em exercício, referiu quais os membros que não participaram na respetivas reuniões pelo que não poderiam fazer parte da votação de acordo com a legislação em vigor.-----

--- Passou-se à votação tendo esta sido aprovada por maioria com dezanove votos a favor.-----

---Aprovada em minuta por unanimidade.-----

--- **APROVAÇÃO DE ATA:** - Foi presente para aprovação a ata número três referente à reunião ordinária desta Assembleia Municipal, do dia vinte e oito de abril do ano de dois mil quinze.-----

--- Passou-se à votação tendo esta sido aprovada por maioria com dezasseis votos a a favor.-----

---Aprovada em minuta por unanimidade.-----

---O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício leu a correspondência recebida, onde deu conta que foi rececionada uma carta que foi dirigida ao presidente da assembleia municipal a agradecer a sua presença na conferência realizada em Tróia, sobre o poder autárquico.-----

Esta correspondência foi posta à disposição dos senhores deputados para consulta.-

---Pedi a palavra o senhor Deputado Jorge Veloso, tendo cumprimentado todos os presentes e lembrou a necessidade de aplicação da regulamentação de trânsito na Vila de Óbidos, referiu ainda a falta de sinalização de circulação e de estacionamento, a falta de manutenção do parque cinérgico, tendo alertado ainda que os equipamentos desportivos deveriam estar em zonas mais acessíveis pois estão tapados devido à vegetação.-----

Mencionou ainda o facto da EDP estar a reforçar a sua rede, questionando se não poderia ser possível atualizar também a rede municipal de águas.-----

Relativamente às muralhas, questionou o executivo municipal sobre qual o plano previsto para a sua manutenção, conservação e controlo de ervas daninhas.-----

Abordou ainda questões relacionadas com segurança dos banhistas na lagoa de Óbidos, devido às dragagens ocorrerem no período de verão (época balnear), alegando que os bombeiros, apesar de disporem de um barco, não terem condições de vigiar a praia. Solicitou também informação acerca do Festival do Chocolate,



Assembleia Municipal de Óbidos	5
Ata n.º 4	Reunião de 25/06/20015

nomeadamente sobre a quantidade de bilhetes vendidos e qual a receita total de bilheteira neste evento.-----

Terminou a sua intervenção alertando para o facto de não estar disponibilizada no portal do Município a ultima ata já aprovada na anterior Assembleia Municipal e relativamente ao Plano Estratégico Municipal questionou acerca de quem poderá participar bem como a data prevista para a sua elaboração.-----

---Seguidamente tomou a palavra a senhora deputada Laura Ferreira que questionou a mesa sobre a previsão do início dos trabalhos da obra de rede de rega, cuja última informação era no 1º trimestre deste ano.-----

Questionou acerca da revisão das regras sobre a ocupação do espaço público em Óbidos alertando para a necessidade de haver uma situação equilibrada, que seja coordenada com o regulamento de trânsito e tenha em atenção a eventual necessidade de operações de socorro, por parte dos bombeiros. -----

Referiu ainda que ocorreu mais uma morte de um turista japonês, em virtude de queda na muralha de Óbidos, lembrando que, nos últimos anos, várias situações idênticas ocorreram em Óbidos. Pelo que sugeriu apesar de, não ser competência do município, que deveria ser acordado com a Direcção Geral do Património Cultural, o reforço da sinalização de perigo, nos acessos às muralhas, assim como a instalação de guardas compatíveis, tendo sido projetadas fotos da solução adotada nas muralhas de Penela, na região Centro de Portugal, afirmando que estas, estão também sob jurisdição da DGPC, tal como as de Óbidos. -----

Agradeceu por último, os apoios colocados nos grandes lances de escadas da Vila de Óbidos, sendo estes uma mais-valia para a segurança.-----

---Tomou a palavra o senhor deputado Custódio Santos, após ter cumprimentado os presentes, chamou a atenção do senhor presidente da câmara para o facto de só nesta altura, estar a ser abordada a questão do alargamento das pedreiras e do rebentamento dos Casais da Avarela.-----

Referiu ainda que na assembleia anterior chamou a atenção para a limpeza dos matos e restos de eucaliptal, nos Casais da Navalha e que nada foi feito, bem como a Estrada da Corredoura estando por acabar o seu alcatroamento.-----

Abordou ainda a questão do Armazém do Vau, agradecendo que o senhor presidente da câmara tomasse as devidas providências.-----

---Tomou a palavra o senhor deputado Francisco Braz Teixeira por ocasião da inauguração da Exposição de Josefa de Óbidos no Museu Nacional da Arte Antiga, a qual esteve presente, não tendo, na sua opinião, o Município de Óbidos sido devidamente representado, nem dado o apoio necessário, pelo que questionou a câmara municipal sobre a possibilidade de replicar a exposição na casa da Josefa bem como outras.-----

Questionou por último acerca do ponto de situação sobre os edifícios dos G's, no Bom Sucesso, bem como, sobre os grandes empreendimentos turísticos do concelho de Óbidos que foram considerados PIN'S. -----

---Tomou a palavra a senhora deputada Joana Machado que alertou para o facto de nem todas as instalações escolares do concelho serem boas, referindo que o Jardim de Infância do Vau carece de beneficiação. Recordou ainda que empreendimentos turísticos situados no território da freguesia do Vau deram muitos milhões de euros à Câmara de Óbidos, mas a população desta freguesia não tem beneficiado dessa situação, pedindo então que o Jardim de Infância do Vau seja devidamente requalificado, tendo sido projetadas algumas fotos do mesmo.-----



Assembleia Municipal de Óbidos	6
Ata n.º 4	Reunião de 25/06/20015

---Pedi a palavra o senhor deputado Albino Sousa, relativamente à Revisão Geral do PDM - Plano Director Municipal de Óbidos, que solicitou o ponto de situação atualizado da revisão em curso do PDM, que se tem prolongado no tempo, perguntando sobre qual a previsão atualizada para a entrada em vigor do novo PDM e, a que se deve o processo de Óbidos estar tão atrasado em relação às previsões dadas pelo elenco camarário.-----

Alertou ainda que, o concelho de Óbidos corre o risco de, vir a ter redução de atuais áreas de construção, principalmente nas aldeias.-----

Reafirmou por último a sua posição relativamente ao facto da revista RIO passar a incluir os resumos e posições tomadas na Assembleia Municipal por cada grupo municipal, sugerindo ainda que a impressão passasse a ser feita em papel reciclado, dando lugar, no seu entender, a melhorias no sector informativo e menores despesas.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado Joaquim Martins, que deu conta que, já foram tomadas as diligências, para que seja colocado um piso novo no jardim-de-infância do Vau, antes do início do próximo ano letivo.-----

---Tomou a palavra o senhor deputado Custódio Santos que alertou para o problema da rede de internet nos centros de saúde e nas escolas, pedindo explicações sobre as falhas existentes.-----

---Tomou a palavra o senhor deputado Hélder Mesquita que aproveitou para parabenizar a junta de freguesia da Amoreira pela realização do Festival da Ginja, agradecendo também o apoio dado pela Câmara Municipal de Óbidos.-----

---Tomou a palavra a senhora primeira secretária em exercício Cristina Rodrigues que destacou uma atividade realizada entre a Universidade Nova e a Junta de Freguesia da Amoreira, bem como o Festival da Ginja.-----

Questionou ainda acerca da necessidade da constituição, bem como, do início de funcionamento do Conselho Municipal de Educação, atendendo a que o início do ano letivo se estaria a aproximar.-----

---O senhor presidente da mesa em exercício deu a palavra ao senhor presidente da câmara para que pudesse responder às questões colocadas.-----

---Tomou a palavra o senhor presidente da câmara, respondendo inicialmente sobre o regulamento de trânsito, deu conta que, o mesmo existe e não é para alterar contudo, crê que estejam reunidas as condições para que o sistema mecânico de controlo de trânsito esteja a funcionar brevemente, explicando que a empresa a quem foi adjudicado o trabalho não tinha um equipamento de comunicação entre as zonas de entrada e saída para o posto de Turismo, caso houvesse algum problema. Assim que esta situação esteja resolvida, será instalado e o sistema de trânsito estará regulado, informando também que os serviços estão a tratar dos dísticos que irão comunicar com o recetor.-----

Deu conta que se estava a trabalhar no dossier na Rede de Águas e Esgotos na Vila de Óbidos, estando os serviços a organizar o plano e cronograma de obra para que se pudessem avançar com os trabalhos na rede de águas e saneamento de Óbidos.- Esclareceu que o município não tem qualquer atribuição ou competência sobre a matéria de muralhas, tendo feito por sua auto recriação um conjunto de sinalética em cinco pontos, tendo alertado as autoridades para os riscos existentes, tomando a iniciativa de iniciar um procedimento para um reforço de sinalização.-----

Apesar disso tem tido ligações com a DGPC, não sendo esta, a entidade tutelar, pois a entidade é Direção Geral do Tesouro, a DGPC enviou um relatório técnico resultados de várias sessões de trabalho entre os técnicos das duas entidades para



Assembleia Municipal de Óbidos	7
Ata n.º 4	Reunião de 25/06/20015

que possam ser arrançadas soluções, referindo ainda que, no âmbito do Portugal 2020, na prioridade de investimento 6.3, foi conseguido, para efeitos de recuperação do piso, e para obras de conservação um encaixe de um milhão de euros.-----

Respondendo ainda ao deputado Jorge Veloso, o senhor presidente afirmou que, apesar dos serviços da câmara não disporem de técnicos especialistas na matéria, confia nos especialistas que trabalham essa área da Administração Central, havendo fiscalização de obra e análises de sedimentos, reposições com material que é devidamente analisados precisamente para a zona de praia com total segurança. Mencionou ainda o facto do Secretário de Estado ter anunciado a segunda fase das dragagens da Lagoa de Óbidos, sendo este, na sua opinião um motivo de regozijo.---

Relativamente ao Plano Estratégico Municipal, referiu que as regras vão mudando e nesta altura, este não é, estritamente necessário, contudo, apesar de não o ser, ele vai continuar a ser trabalhado por uma equipa que foi criada para o efeito sob a orientação do senhor presidente da câmara municipal.-----

Relativamente ao início da rede de rega, informou que já foram adjudicadas as obras com a Estação Elevatória.-----

O senhor presidente abordou a questão colocada pelo senhor deputado Custódio Santos relativamente à Pedreira, e, esclareceu que no passado não houve oportunidades, pois existia um plano de lavra e uma autorização existente para esse plano de lavra, que ao ter terminado, deu lugar a poder ser solucionado o problema.-

Relativamente ao alegado problema de internet, respondeu que iria averiguar o assunto, ressaltando que é algo que é da competência da ARS-LVT.-----

Explicou ainda que não podia fazer qualquer previsão em matéria que se relaciona com o poder judicial, referente aos assuntos que dizem respeito ao armazém do Vau bem como dos 3 G's.-----

Quanto à questão da exposição da Josefa de Óbidos colocada pelo senhor deputado Francisco Brás Teixeira, parece ter havido, no entender do senhor presidente alguma contra informação, pois o município foi contactado para ter peças nessa exposição bem como, uma parte da exposição pudesse existir no território do município, e foi tudo operacionalizado até determinado momento contudo, verificou-se numa dimensão financeira um valor avultadíssimo para seguros, esclarecendo o motivo pelo qual não se verificou a presença do Município de Óbidos, ressaltando que a mesma foi de extrema importância, não tendo Óbidos na sua opinião, perdido, do ponto de vista cultural e do marketing territorial.-----

Relativamente à questão dos PIN'S, esclareceu que, o que compete ao município é zelar pelo território. Deu conta que, foram iniciadas as obras de infra estrutura do empreendimento "Falésia D´el Rei" e que segundo os empresários, irá arrancar a construção do campo de golfe em Agosto do corrente ano.-----

O senhor presidente respondeu à senhora deputada Joana Machado, dizendo que deverá ser tido em conta a quantidade de nascimentos naquele território, bem como se o investimento se justifica face à proximidade de outros investimentos já existentes e, às condições de dificuldade de acesso aos fundos comunitários se justifica-se fazer mais obras, contudo, na prioridade de investimento 10.5 que tem a ver com infraestruturas para a educação foi mapeado o Jardim de Infância do Vau, ressaltando só deve ser feito esse investimento caso haja essa necessidade.-----

Respondendo também à questão colocada pelo senhor deputado Albino Sousa, lembrando que afirmou na última Assembleia Municipal, que o Município de Óbidos estaria empenhado na revisão do PDM e que ia procurar, dentro das possibilidades existentes, e apesar das condicionantes existentes, para que fosse possível entrar



Assembleia Municipal de Óbidos	8
Ata n.º 4	Reunião de 25/06/20015

em discussão pública antes do dia vinte e nove de junho, tendo justificado que, a interpretação que havia à época é que seria suficiente as revisões do PDM estarem em discussão pública para que fosse possível ser enquadrado no carácter de excepção na Lei de Bases do Solo, tendo emitido a DGT posteriormente, um parecer que dá conta que não basta estar em discussão pública mas que o mesmo terá de ir à aprovação da Assembleia Municipal, não podendo assim, ser enquadrado nesse regime transitório.-----

Afirmou que não havia responsabilidade objetiva por parte dos funcionários ou serviços municipais bem como da entidade externa que está encarregue da revisão do PDM. Terminou este assunto referindo as implicações que existem com a adaptação do Plano ao Regime, acautelando que deverá ser feita uma avaliação, tendo este dado a indicação, que estivesse tudo preparado para entrar na reunião de concertação com as entidades até catorze de julho, destacando que foram poucos os municípios que fizeram a revisão do PDM.-----

O senhor presidente enalteceu a atitude, a capacidade e arrojo da junta de freguesia da Amoreira na organização do Festival da Ginja, que quintuplicou o numero de pessoas envolvidas na preparação do evento, tendo sido claramente uma aposta ganha na evidência que se teve a oportunidade de verificar.-----

Relativamente à questão colocada sobre o Conselho Municipal de Educação, esclareceu que o mesmo, será objeto de deliberação na próxima reunião de câmara e submetido a aprovação também da assembleia municipal.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado Francisco Brás Teixeira, referindo que a função do presidente da câmara não se basta no agir, que este deve ouvir, entender tomar conhecimento, e posteriormente fazer a sua conclusão de forma a que se possam saber quais as soluções para o concelho.-----

Questionou ainda se o senhor presidente teve em conta o número de crianças quando se construiu o complexo escolar do furadouro.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado Custódio Santos, que solicitou ao senhor presidente que lhe respondesse na íntegra às questões colocadas.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado José Simões e, na qualidade de presidente da junta de freguesia da Amoreira, tendo aproveitado para agradecer as palavras do senhor presidente da câmara, bem como à empresa municipal Óbidos Criativa, ao senhor presidente da junta de freguesia de Santa Maria, São Pedro e Sobral da Lagoa e, a todos os que colaboraram no Festival da Ginja.-----

---O senhor presidente tomou novamente a palavra, referindo que as soluções encontradas foram levadas a cabo por iniciativa privada e, de acordo com as autorizações, projetos e licenças que tinham para o efeito.-----

Referiu que a questão que foi colocada relativamente à construção do complexo escolar do furadouro, levaria o senhor presidente a questionar se o partido socialista estaria contra a construção do mesmo, não tendo este, dúvidas que este foi um bom investimento.-----

PONTO TRÊS – Apreciação e eventual aprovação da proposta de alteração dos estatutos da Comunidade Intermunicipal do Oeste;-----

--- Não havendo intervenções, passou-se à votação tendo sido aprovada por unanimidade.-----

Aprovado em minuta por unanimidade. -----

PONTO QUATRO – Apreciação e eventual autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais de forma a dar cumprimento ao estipulado no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21



Assembleia Municipal de Óbidos	9
Ata n.º 4	Reunião de 25/06/2015

de junho, referente a proposta de retificação da repartição de encargos relativo ao procedimento para a aquisição de serviços no âmbito do projeto da autoria de Romarina Passos, denominado “PENSAR COLORIDO”;-----

--- Não havendo intervenções, passou-se à votação tendo sido aprovada por maioria, com vinte e cinco votos a favor e uma abstenção.-----

Aprovado em minuta por unanimidade. -----

PONTO CINCO – Apreciação e eventual aprovação da proposta de delegação no Presidente de Câmara Municipal da competência genérica para autorização prévia de compromissos plurianuais;-----

---Pedi a palavra o senhor deputado Custódio Santos onde deu conta da declaração de voto do Grupo Municipal do PCP.-----

Não tendo havido mais intervenções foi posta à votação, tendo sido aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor, e um voto contra.-----

Aprovado em minuta por unanimidade.-----

O Grupo Municipal do PCP apresentou declaração de voto que se transcreve:-----

“Declaração de voto do grupo municipal do PCP – 5º Ponto da Ordem de Trabalhos – Sessão da Assembleia Municipal de Óbidos – 25 de Junho de 2015.-----

O Grupo Municipal do Partido Comunista Português, na Assembleia Municipal de Óbidos votou contra a proposta de delegação, no Presidente da Câmara Municipal, da competência genérica para autorização prévia de compromissos plurianuais, por considerar que com o falso pretexto de agilização na aprovação dos processos com este assunto relacionados, se está a confirmar o desvirtuamento da missão da Assembleia Municipal, retirando-lhe poderes que por natureza são seus, enquanto órgão autárquico deliberativo do Concelho.-----

A proposta apresentada pela Câmara Municipal e votada naquele órgão, pela unanimidade dos eleitos pelo PSD e PS, vem na linha das medidas políticas que governos de um e outro partido têm procurado concretizar no sentido de pôr em causa o Poder Local Democrático, transformando-os de órgãos colegiais pluralistas, representativos das populações, em órgãos presidencialistas com absoluta concentração de poderes.-----

Óbidos, 25 de Junho de 2015.-----

P’lo Grupo Municipal do PCP-----
Custódio de Sousa Santos”-----

PONTO SEIS – Apreciação e eventual autorização da proposta de renovação da autorização para prosseguir com recrutamento para ocupação de posto de trabalho, nos termos do artigo 64.º do OE 2015;-----

--- Não havendo intervenções, passou-se à votação tendo sido aprovada por unanimidade.-----

Aprovado em minuta por unanimidade. -----

PONTO SETE - Apreciação e eventual aprovação da proposta de alteração do Regulamento para atribuição de comparticipação de medicamentos;-----

---Pedi a palavra o senhor deputado Jorge Veloso que sugeriu a comparticipação também abrangesse as medicinas complementares, tendo o senhor presidente da câmara esclarecido o senhor deputado que não foi assumido nenhum compromisso eleitoral sobre as medicinas complementares, contudo, referiu que está a ser feito algum trabalho no terreno com alguma terapia complementar. -----



Assembleia Municipal de Óbidos	10
Ata n.º 4	Reunião de 25/06/20015

--- Não havendo mais intervenções, passou-se à votação tendo sido aprovada por unanimidade.-----

Aprovado em minuta por unanimidade. -----

PONTO OITO - Plano Diretor Municipal do Concelho de Óbidos, correção ao regulamento, para conhecimento; -----

---Foi dado conhecimento à Assembleia Municipal.-----

PONTO NOVE – Apreciação e eventual aprovação dos documentos de Prestação de Contas Consolidadas do ano de 2014, conforme previsto no n.º 2 do art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro; -----

---Pedi a palavra o senhor deputado Albino Sousa que solicitou, em nome da transparência, que as contas da empresa municipal sejam enviadas, via correio electrónico, a todos os deputados desta Assembleia Municipal, e não apenas o seu resumo.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado José Machado quanto à apreciação das contas consolidadas do município, referiu que o Revisor Oficial de Contas fez uma reserva relativa à OBITEC, tendo este ainda feito, uma referência de uma dívida que a Câmara tem a receber de quinhentos e setenta mil euros de outros municípios, tendo questionado quais as diligências que estariam em curso para receber este valor.-----
Referiu também que não está incluída no balanço uma verba de novecentos e noventa mil euros, referente a faturas das Águas de Portugal, e que, a Câmara entende que não são devidas, sendo que setecentos e cinquenta mil euros estão em ações judiciais, alegando ser habitual nestas situações, ser feita uma provisão.-----
Mencionou ainda que se verificou um prejuízo no exercício de 2014 superior a dois milhões de euros, sucedendo este, num ano que houve uma receita extraordinária do alvará do empreendimento Falésia D'el Rei de aproximadamente três milhões de euros, registando também um decréscimo da dívida bancária, lamentando que à semelhança de anos anteriores a receita extraordinária não ter sido utilizada para abater na dívida.-----

Afirmou ainda que não está devidamente salientado, na documentação em apreciação, o negócio entre a Câmara e a empresa municipal da compra de lotes do Parque Tecnológico, acrescentando que a Câmara acabou por comprar lotes à empresa municipal, sem precisar deles, apenas para evitar que a empresa municipal fizesse uma renegociação bancária, com vista a entregar lotes ao Banco, situação que, no seu entender, teria sido preferível para o Município.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado José Luís Oliveira em relação à consolidação de contas, tendo feito uma análise às demonstrações financeiras e demais documentos apresentados, a qual, no seu entendimento, se constata rigor e contenção nas despesas. -----

Salientou que que na demonstração resultados, o resultado consolidado é superior ao do Município isoladamente, o que demonstra um bom desempenho da Óbidos Criativa, que os resultados que melhor performance demonstram são os operacionais, concluindo assim que a Óbidos Criativa apresenta solidez e esperança futura, referindo ainda que o Cash Flow das contas consolidadas é superior a cento e vinte e três mil euros, apresentando assim um valor superior em relação ao do Município isolado, em mais de sessenta e três mil euros.-----

Relativamente ao balanço salientou que se verificou uma diminuição de dívidas de terceiros, aumentos nas disponibilidades superior em sessenta e um por cento em relação ao ano anterior, uma diminuição das dívidas de Médio e Longo Prazo (Passivo), em mais de 1,105 milhões de euros, diminuição das dívidas de curto prazo



Assembleia Municipal de Óbidos	11
Ata n.º 4	Reunião de 25/06/20015

(Passivo), em mais de 1,179 milhões de euros, tendo concluído que, o Passivo de curto prazo tem valores a rondarem os 1,159 milhões de euros, baixando o passivo de curto prazo em relação ao ano anterior em mais de cinquenta por cento.-----
Sobre o ativo de curto prazo referiu que este atinge valores superiores a 5,383 milhões de euros, situação que no seu entender, demonstra capacidade para colmatar e liquidar todas as dívidas de curto prazo, referindo que, basta verificar para as dívidas de curto prazo de 1,159 milhões de euros, as disponibilidades existentes de 2,330 milhões de euros em caixa e bancos, ficando assim, um ativo fixo de mais de 87,690 milhões de euros, para em caso de necessidade poder fazer face a um passivo de Médio e Longo Prazo de 10 Milhões de euros

Por último analisou alguns rácios que na sua opinião demonstram uma solidez consolidada nomeadamente, indicador de liquidez geral de 6.3, de liquidez imediata 2.0, solvabilidade de 192.81%, endividamento a médio e longo prazo de 8.94%, endividamento de 34.15%, autonomia financeira de 65.85%, peso das despesas com pessoal 42.82%, Peso FSE 40.33%, Peso Custos Financeiros 1.13%.-----

Terminou a sua intervenção parabenizando e, agradecendo aos órgãos executivos, aos colaboradores, aos munícipes e a todos os que contribuíram para que essa gestão fosse possível.-----

Referiu ainda que tudo o que aparece no passivo, não são dívidas, são situações que vão desaparecendo com base em amortizações e são proveitos futuros.-----

---Tomou a palavra o senhor presidente da câmara referindo que, a situação financeira do Município é estável, tendo optado por consolidar as contas, não descurando todas as obras e investimentos que, no seu entender tiveram de ser feitos.-----

Relativamente aos novecentos e noventa mil euros alegadamente devidos às Águas do Oeste, deu conta de estar convicto que, o Município não deve água não consumida, pelo que não será feita qualquer assunção, dando indícios de algo, quando na sua opinião, o direito está do lado do Município de Óbidos, dando conta, que teve uma reunião com a sociedade de advogados que tem acompanhado esta matéria, sendo a sua opinião que, não deverá ser inscrita esta verba, pois entende que é indevida.-----

Relativamente ao prejuízo de dois milhões de euros, salientou que pode ser verificado que existe um valor de dois milhões trezentos e sessenta e um, seiscentos e sessenta e sete mil euros de amortizações, permitindo só aqui, um resultado líquido do exercício igual a zero, o que, permitiria um resultado operacional de cerca de setecentos e sessenta e sete mil euros positivos.-----

Enalteceu ainda o grupo e os serviços que permitiram que as contas fossem aferidas e, que o Município está de boas contas bem como a empresa municipal registando que a mesma teve um resultado líquido de exercício de mais de sessenta mil euros.-

Esclareceu ainda o senhor deputado José Machado que, o Município tem condições para continuar a pagar o empréstimo tendo este o visto prévio do Tribunal de Contas, permitindo esta opção poupar IVA e IRC, permite economias e eficiência de recursos e segurança do Município quanto ao património.-----

Aproveitou a intervenção para convidar os presentes para a inauguração dos Edifícios Centrais do Parque Tecnológico de Óbidos que, contaria com a presença do senhor primeiro-ministro no dia onze de Julho do corrente ano pelas dez horas.---

---Pedi novamente a palavra o senhor deputado José Machado esclarecendo que o lucro da empresa municipal é muito inferior aos subsídios que recebeu.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		12
Ata n.º 4	Reunião de 25/06/20015	

Salientou ainda que as obras das escolas foram maioritariamente pagas por fundos europeus e, no tocante à requalificação e ampliação da Escola Josefa de Óbidos, foi integralmente paga pelo Estado Português e pela União Europeia.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado José Luís Oliveira, esclarecendo que, as contas consolidadas não são uma soma algébrica, pois quando as contas consolidadas são feitas, os subsídios são retirados, terminando a sua intervenção ressaltando que, o que contribui para os lucros efetivos apresentados, é só as mais-valias.-----

---Tomou a palavra o senhor presidente da câmara que mencionou que o investimento referente à escola Josefa de Óbidos, ainda está por receber cinco por cento do valor da obra da comparticipação de oitenta e cinco por cento da obra total e, que a mesma já foi paga na sua totalidade, e, que isso, consome tesouraria e recursos.-----

Deu conta ainda que, o Complexo Escolar do Alvito e do Furadouro tiveram uma taxa de comparticipação média de setenta e dois por cento, estando ainda por receber os cinco por cento do valor da obra.-----

---Pedi a palavra a senhora deputada Cristina Rodrigues, que explicou que o senhor deputado José Machado, ao falar da questão do financiamento das escolas, teve a intenção de esclarecer que houve um avanço significativo por parte do município e, que há posteriormente um ressarcimento por parte dos fundos comunitários.-----

Esclareceu ainda que o que está em causa foi a opção política de recompra dos lotes, não questionando a legalidade da mesma, quando o Município não necessitava dos mesmos, e no fundo, se tivesse feito uma dação em cumprimento, tinha resolvido a dívida de uma outra forma.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado José Machado que, referiu que, o aumento do endividamento bancário corresponde aos subsídios que a Câmara foi atribuindo às empresas municipais, o que neste momento, está a melhorar, sendo este, um dos aspetos que, a gestão do senhor presidente tem uma melhoria face à anterior.-----

---Pedi a palavra o senhor presidente da câmara, esclarecendo que foram opções que foram tomadas, e que poderiam prejudicar a tesouraria do Município a médio e longo prazo a saber, a construção das escolas. Contudo, afirmou que, foi feito de forma consciente e responsável, e que, atualmente não era possível, pois o financiamento não seria suficiente.-----

Referiu por último que a empresa poderia fazer só os eventos comerciais achando, na sua opinião, que não é esta a estratégia, pois o Município tem responsabilidades públicas de promover também a cultura, desporto, mesmo que isso significasse prejuízo na empresa.-----

Não tendo havido mais intervenções foi posta à votação, tendo sido aprovada por maioria com dezasseis votos a favor, um voto contra e nove abstenções.---

---Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---O Grupo Municipal do PS apresentou declaração de voto que se transcreve:--

“Declaração de voto do Grupo Municipal do PS-----

Há um resultado negativo no ano de 2014. É o 3º ano seguido em que o prejuízo do Município de Óbidos ultrapassa os 2 milhões de euros. -----

Há reservas quanto à correcta e actualizada valorização de vários bens que estão no activo do balanço municipal e recordamos que em 2012 houve uma redução do valor do activo em cerca de 47 milhões de euros. Vários rácios apresentados tentando demonstrar ser muito boa a situação financeira municipal, derivam do valor do



Assembleia Municipal de Óbidos	13
Ata n.º 4	Reunião de 25/06/20015

património municipal, o qual em parte não será vendável e outra tem, atualmente, preços de mercado inferiores à valorização registada na contabilidade.-----

Lembra-se que já não vigora o período de carência de capital para empréstimos concedidos por Bancos ao Município. Assim, teve que ser amortizada uma parte da dívida, tal como sucederá este ano e nos anos seguintes. Embora o Município tivesse, em 2014, receitas extraordinárias, provenientes de um empreendimento turístico, de 3 milhões de euros, apenas um terço desse valor foi para pagar dívida bancária.-----

De salientar que o PSD de Óbidos fez publicar na imprensa, antes das últimas eleições autárquicas (há cerca de dois anos) que a Câmara tinha a receber de terceiros 10 milhões de euros, valor que chegava para pagar todas as dívidas bancárias do Município. O PSD de Óbidos acusou então a oposição de carecer de conhecimento ou seriedade ao falar das dívidas municipais. Sucede que, tendo a Câmara conseguido receber de terceiros cerca de 7 milhões de euros de tal valor, falta uma explicação para o facto de só ter sido utilizada uma pequena parte deste dinheiro para o abatimento da dívida bancária.-----

A Obitec - Associação Óbidos Ciência e Tecnologia, tem uma participação do Município de 97%, pelo que as suas contas deveriam estar integradas no grupo público municipal para efeitos de consolidação. Contrariando o estabelecido no artigo 75º da Lei nº 73/2013, tal ainda não se verifica. Esta anomalia foi alertada também pelo ROC – Revisor Oficial de Contas.-----

Segundo a contabilidade, o Município de Óbidos tem a receber, de outras entidades públicas, há muitos anos, cerca de 570.000 €. Estranha-se que nada seja referido sobre as acções com vista à cobrança deste valor. -----

Não estão contabilizadas faturas das Águas do Oeste no valor aproximado de 990.000 €, relativas a consumos mínimos de água contratualizados.-----

Consequentemente, este valor, de quase um milhão de euros, não está incluído no passivo do balanço do Município. Embora a Câmara Municipal conteste estas faturas, 750.000 € daquele já valor estão em contencioso jurídico.-----

Afigura-se-nos serem insuficientes as provisões, designadamente quanto a processos judiciais contra a Câmara Municipal. -----

Reiteramos a preocupação de, no corrente ano, já não haver receitas extraordinárias significativas, contrariamente ao que aconteceu nos últimos anos.-----

Relembramos que o Plano de Ajustamento Financeiro do Município de Óbidos vai vigorar até ao ano de 2026, não era necessário se parte da receita extraordinária, no valor de 18 milhões de euros, relativa aos dois últimos alvarás de empreendimentos turísticos (Royal Óbidos e Falésia d’El-Rei) fosse utilizada para pagar as dívidas do Município.-----

O empréstimo obtido através do PAEL, consistiu em “empurrar compromissos com a barriga para a frente”, isto é, vão pagar-se até 2026 despesas correntes de há anos atrás. Essas dívidas atrasadas eram despesas correntes, tais como faturas de electricidade e até anúncios na imprensa.-----

Recorda-se que nas contas municipais do ano de 2013 foi excluída das dívidas da Câmara despesa relativa à empreitada para requalificação da Escola Josefa d’Óbidos, com a justificação desta obra ter financiamento a 100% e, assim, ser considerado não ter qualquer relevo para a dívida do Município. É estranho que venha agora o Sr. presidente da Câmara afirmar que as dívidas bancárias municipais são, essencialmente, devidas às obras das escolas, quando as mesmas foram fortemente apoiadas por fundos da União Europeia e, no caso da obra de maior valor



Assembleia Municipal de Óbidos	14
Ata n.º 4	Reunião de 25/06/20015

– a requalificação e ampliação da Escola Josefa de Óbidos – ser totalmente paga por fundos da União Europeia e do Estado Português. -----

Para se compreenderem melhor as contas do Município, desde 2007, seria interessante fazer o exercício de retirar os valores recebidos e pagos das participações de obras de investimento por outras entidades.-----

A explicação sobre a evolução do investimento público, per capita, no concelho, ao longo de anos, compara “alhos com bogalhos”. Por exemplo: a obra da barragem e albufeira do Arnóia não teve contabilização municipal, enquanto a obra de requalificação da Escola Josefa de Óbidos já é contabilizada municipalmente, mas ambas não foram suportadas pelos dinheiros municipais.-----

Não está devidamente salientado, na documentação em apreciação, o negócio entre a Câmara e a empresa municipal da compra de lotes do Parque Tecnológico, após o insucesso de tentativa de venda no mercado. A Câmara Municipal comprou lotes à empresa municipal, sem precisar deles.-----

Como a empresa municipal não tinha dinheiro para pagar as amortizações da sua dívida ao Banco Barclays, deveria ter feito uma renegociação bancária, para ser alargado o prazo do empréstimo ou pagando a dívida com bens – lotes de terreno –, tal como têm feito famílias e empresas.-----

O Município (Câmara + empresa municipal) reduziu 100 (cem) funcionários, depois de, no ano das eleições autárquicas de 2009, ter um máximo histórico de admissões. É possível e desejável reduzir mais o valor global dos fornecimentos e serviços externos, nas despesas correntes.-----

Voltamos a sugerir que se reduzem despesas evitáveis e sem efeito designadamente social nos munícipes, as chamadas “gorduras”. Por exemplo: na última década, o Município de Óbidos gastou muito dinheiro em trabalhos a mais de obras e multiplicou despesas com juristas.-----

Confirmamos a solicitação, feita nesta sessão da Assembleia Municipal, para, em nome da transparência, as contas da empresa municipal (e não apenas o seu resumo) sejam enviadas, por correio electrónico, a todos os deputados municipais.---

A situação financeira da Câmara de Óbidos merece cuidado acompanhamento.-----

Em face do exposto, os membros do grupo municipal do PS abstiveram-se nesta votação sobre a consolidação das contas municipais de 2014.”-----

PONTO DEZ – Informação escrita do senhor presidente da câmara municipal de Óbidos acerca da atividade do Município, de acordo com a alínea c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro; -----

---Pedi a palavra o senhor deputado José Machado, mencionando que continuam pendentes dois processos judiciais, por alegadas dívidas de água do Município de Óbidos ao das Caldas da Rainha, cujo somatório dos valores-base das ações é de 259.731,23 €, tendo sugerido e, devido ao facto de, na sua opinião, existirem atualmente boas relações entre os presidentes destes dois municípios, questionando assim o motivo pelo qual ainda não foi resolvido amigavelmente, podendo no seu entender, libertar-se estes dois processos do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.-----

---O senhor presidente da câmara respondeu ao senhor deputado José Machado, que do ponto de vista político está tratado, restando ser tratada a matéria administrativa por parte dos serviços.-----

Convidou ainda os presentes a participarem na Conferência “Ativa – te” no Largo de São Marcos nas Gaeiras, no dia vinte e sete de Junho.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		15
Ata n.º 4	Reunião de 25/06/20015	

--- E por nada mais haver a tratar, pelas vinte e uma horas e quinze minutos do dia vinte e cinco de junho do corrente ano, o senhor presidente da mesa da assembleia municipal em exercício declarou encerrada a reunião, do que para constar se lavrou a presente ata, que foi aprovada em minuta no final da mesma, deliberado pela maioria dos membros presentes, nos termos do número três, do artigo cinquenta e sete, da Lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze de dois de setembro.---

--- E eu, Ana Sofia Reis Eusébio, lavrei a presente ata, também vou assinar.-----